



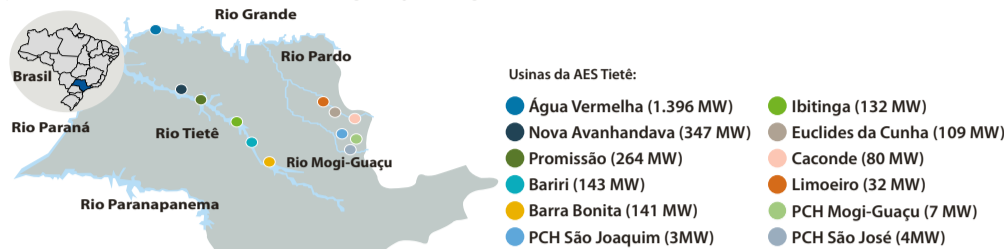
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Prezados Acionistas,

A administração da AES Tietê S.A. ("AES Tietê" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Perfil

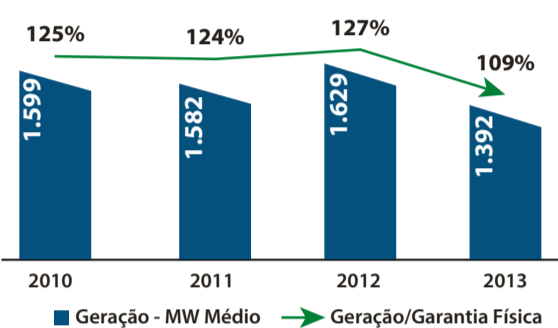
A AES Tietê, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBOvespa e está autorizada, bem como sua controlada, a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.
 A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). O contrato de concessão foi assinado em 20 de dezembro de 1999, com duração de 30 anos a partir de 1º de abril de 1999.
 A AES Tietê é uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, com um parque gerador composto por 12 hidrelétricas, capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW médios.
 As hidrelétricas apresentadas na figura abaixo integram a AES Tietê. O complexo envolve nove usinas hidrelétricas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), localizadas nos rios Tietê, Grande, Pardo e Mogi-Guaçu, nas regiões Central e Noroeste do Estado de São Paulo.



Desempenho Operacional

Em 2013, as usinas da AES Tietê geraram 12.196,3 GWh de energia, volume 15% inferior ao volume gerado em 2012. A variação é consequência das baixas afliências registradas no ano de 2013.
 O programa de manutenção preventiva, assim como os investimentos realizados pela Companhia, possibilita um alto índice de disponibilidade de geração de energia. Em 2013, esse índice foi de 89%, superior ao padrão estabelecido anualmente pela ANEEL e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), que é de 85,0%.

Energia Gerada - MW Médio



Desempenho Comercial

A energia faturada em 2013 alcançou 15.797 GWh, uma redução de 5,6% em relação ao ano anterior. A maior parcela dessa energia é destinada ao atendimento do contrato bilateral com a AES Eletropaulo (11.108 GWh). Esse contrato é válido até 31 de dezembro de 2015 e é reajustado pelo IGP-M todo mês de julho, sendo o preço ao final de 2013 de R\$ 194,19/MWh.
 A Companhia definiu em 2011 sua estratégia para a comercialização de energia após o término do contrato com a AES Eletropaulo. O objetivo é formar uma base de clientes no mercado livre e ao mesmo tempo buscar margens na comercialização, de tal forma que o contrato com a AES Eletropaulo seja totalmente substituído por uma diversificada carteira de clientes.
 Como resultado dessa estratégia, em 2013 foram vendidos 475 MWh de energia própria para 2016 em diante, totalizando 478 MWh no portfólio da Companhia, ou 38% da energia disponível ao término do contrato com a AES Eletropaulo.
 O volume de energia gerada que excede aos compromissos contratuais é direcionado primeiramente ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e, posteriormente, ao Mercado Spot da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Caso a soma da energia gerada pelas usinas hidrelétricas seja menor que a garantia física do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), um novo valor proporcional de energia disponível é calculado para cada gerador apenas para efeitos do MRE. Em função dessa nova alocação da garantia física, a eventual exposição das usinas do SIN é liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. O ano de 2013 apresentou condições hidrológicas desfavoráveis em todo Brasil e a AES Tietê sofreu uma exposição média anual de 7% em relação a sua garantia física, sendo que em janeiro, foi registrado o maior impacto (-26%).
 Em 2013 houve redução de 44,4% em energia faturada por meio da CCEE, principalmente em função da hidrologia desfavorável. Na tabela a seguir é demonstrada a energia faturada da AES Tietê:

Energia Faturada (Consolidado) - GWh	2012	2013	Variação (%) 2013x2012
Energia Faturada	16.727,9	15.796,8	-5,6%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	11.138,1	11.107,7	-0,3%
CCEE	4.974,6	2.757,1	-44,6%
Spot	1.140,5	544,8	-52,2%
MRE	3.834,1	2.212,3	-42,3%
Outros Contratos Biletarais	615,1	1.932,0	214,1%

REGULATÓRIO

Resolução CNPE 03

Em 14 de janeiro de 2013, a Medida Provisória ("MP 579") (por meio da qual o governo anunciou o programa de redução do custo de energia em 2012), foi convertida na Lei nº 12.783. Para assegurar a redução de custo anunciada, outras medidas foram tomadas em 2013, tais como a publicação da Resolução nº 03 pelo Conselho Nacional de Política Energética ("Resolução CNPE 03") que determinou o novo modelo de formação do PLD.
 A partir de setembro de 2013 o PLD passou a incorporar o mecanismo de aversão ao risco, chamado CVaR, que tende a antecipar o despacho térmico de forma a manter a operação do sistema mais conservadora. Uma das consequências com a implementação deste mecanismo é a redução ou até a eliminação do acionamento das usinas térmicas fora da ordem de mérito. Antes da Resolução CNPE 03, as despesas com o acionamento dessas usinas térmicas eram custeadas pela categoria consumo (consumidores livres e distribuidoras) por meio do Encargo de Serviços do Sistema ("ESS").
 A Resolução CNPE 03 ainda previu que, durante a fase de transição (abril a agosto de 2013), o custo do acionamento das usinas térmicas fora da ordem de mérito fosse rateado entre todos os agentes de mercado, inclusive geradores e comercializadores por meio do ESS.
 A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica ("APINE") obteve, por meio de liminar, a suspensão do rateio do ESS durante a referida fase de transição. A liminar está vigente desde 27 de maio de 2013 e assim permanecerá até que seja tomada a decisão final na ação ordinária, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Com base na liminar e em parecer jurídico obtido pela APINE, a AES Tietê não provisiona o custo do ESS por motivo de segurança energética, relativo à fase de transição.

Desempenho Econômico Financeiro

R\$ mil - Consolidada	2012	2013	Var. (%)
Receita Bruta	2.228.816	2.478.064	11,2%
Receita Líquida	2.112.435	2.336.933	10,6%
Custos e Despesas Operacionais*	(569.991)	(811.451)	42,4%
Resultado Bruto	1.578.800	1.362.175	-1,3%
Ebitda	1.242.444	1.525.482	1,1%
Resultado Financeiro	(42.302)	(51.425)	21,6%
Receitas Financeiras	34.075	36.170	6,1%
Despesas Financeiras	(75.885)	(81.397)	7,3%
Provisão IR/Impostos Diferidos	(462.405)	(461.693)	-0,2%
Lucro Líquido	901.263	881.359	-2,2%

***excluindo depreciação**

Receita Bruta/Líquida
 Em 2013, houve um incremento de R\$ 249,3 milhões na receita operacional bruta, quando comparada àquela auferida no ano anterior, passando de R\$ 2.228,7 milhões para R\$ 2.478,1 milhões. Esse resultado é explicado pelos seguintes fatores:
 (i) aumento de 214% no volume de energia vendida por meio de outros contratos bilaterais (1.932,0 GWh em 2013 ante 615,1 GWh em 2012);
 (ii) maior preço médio de energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, que passou de R\$ 178,01/MWh em 2012 para R\$ 187,99/MWh em 2013. Este aumento é reflexo do reajuste ocorrido em julho de 2013, que passou de R\$ 182,66/MWh para R\$ 194,19/MWh; e
 (iii) elevado preço spot verificado no período, a despeito do menor volume de energia faturada neste mercado (1.141 GWh em 2012 ante 545 GWh em 2013), favorecendo a receita em R\$ 23,5 milhões.
 A AES Tietê registrou em 2013 R\$ 141,1 milhões em deduções da receita, aumento de 21,3% em relação ao apurado em 2012 (R\$ 116,3 milhões) explicado, principalmente, pelo incremento de 150,7% na receita proveniente dos outros contratos bilaterais, isto porque as alíquotas de PIS e COFINS que incidem sobre estes contratos são mais altas que as alíquotas aplicadas ao contrato com a AES Eletropaulo.
 A receita líquida totalizou R\$ 2.336,9 milhões em 2013, um aumento de 10,6% em relação a 2012 (R\$ 2.112,4 milhões). Essa elevação ocorreu, principalmente, devido: (i) à elevação no volume de energia vendida por meio de outros contratos bilaterais; e (ii) aos reajustes do preço da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, ocorridos em julho de 2012 e 2013, conforme mencionado anteriormente.

Custos e Despesas Operacionais

Em 2013, os custos e despesas operacionais da Companhia, excluindo depreciação, aumentaram 42,4% (R\$ 241,5 milhões). Esta variação está principalmente relacionada:
 (i) ao aumento dos custos com compra de energia no valor de R\$ 149,3 milhões para cobrir o rebaixamento da garantia física e para cobrir a indisponibilidade das unidades geradoras;
 (ii) ao aumento do portfólio de contratos bilaterais no mercado livre no valor de R\$ 136,3 milhões, dado estratégia de comercialização da Companhia;
 (iii) à decisão da Companhia em provisionar R\$ 6,4 milhões relacionados ao atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental das usinas; parcialmente compensados pela:
 (iv) redução de R\$ 16,2 milhões nos encargos de transmissão e conexão e redução de R\$ 6,8 milhões com as despesas relacionadas a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH"), devido a redução na geração da Companhia, conforme exposta acima.

EBITDA

A AES Tietê registrou Ebitda de R\$ 1.525,5 milhões em 2013, com margem de 65,3%, apresentando uma redução de 1,1%, em relação ao verificado em 2012 (R\$ 1.542,4 milhões). O desempenho está principalmente relacionado:
 (i) efeito positivo de R\$ 105,4 milhões na receita bruta com a AES Eletropaulo em função do reajuste no preço do contrato bilateral ocorrido em julho de 2013, que passou de R\$ 182,66/MWh para R\$ 194,19/MWh, resultando em um preço médio maior no ano (R\$ 187,99/MWh em 2013 ante R\$ 178,01/MWh em 2012);
 (ii) maior custo com compra de energia relacionado ao rebaixamento da garantia física do SIN, a indisponibilidade das unidades geradoras da Companhia, no valor bruto de R\$ 125,9 milhões.
 Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: resultado líquido do período (R\$ 881,4 milhões em 2013 e R\$ 901,3 milhões em 2012), acrescido dos tributos sobre o lucro (R\$ 429,4 milhões em 2013 e R\$ 436,2 milhões em 2012), das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras (R\$ 51,4 milhões em 2013 e R\$ 42,2 milhões em 2012) e das depreciações e amortizações (R\$ 163,3 milhões em 2013 e R\$ 162,6 milhões em 2012) totalizando conforme acima R\$ 1.525,5 e R\$ 1.542,4 em 2013 e 2012 respectivamente.

Resultado Financeiro

Em 2013 o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 51,4 milhões, 21,6% superior ao resultado apresentado em 2012 (R\$ 42,3 milhões). Contribuiu para esse desempenho:
 (i) o aumento dos encargos financeiros de R\$ 11,1 milhões devido ao maior saldo da dívida (R\$ 1.116,7 milhões em 2013 vs. R\$ 920,1 milhões em 2012); parcialmente compensados pelo:
 (ii) acréscimo de R\$ 2,1 milhões nas receitas financeiras em 2013 frente 2012, explicada, principalmente, pelo aumento no saldo médio de aplicações financeiras no período, (R\$ 439,5 milhões em 2013 versus R\$ 388,6 milhões em 2012);
 (iii) redução do CDI médio no período (8,0% a.a. em 2013 comparado a 8,4% a.a. em 2012).

Lucro Líquido

O lucro líquido auferido pela AES Tietê em 2013 foi de R\$ 881,4 milhões apenas 2,2% inferior ao obtido em 2012. O resultado foi influenciado principalmente pelo reajuste no preço da energia vendida à AES Eletropaulo, redução nos custos operacionais relacionados aos encargos de conexão e transmissão e redução de despesas com CFURH, compensado pelo efeito no custo com compra de energia devido ao rebaixamento da garantia física no SIN e da indisponibilidade das unidades geradoras.

Remuneração aos acionistas

A administração da AES Tietê propõe à distribuição integral da base para pagamento de proventos (R\$ 952,7 milhões) do ano de 2013, ou seja, o lucro líquido de R\$ 881,4 milhões somados aos R\$ 70,7 milhões referentes ao reajuste de avaliação patrimonial, R\$ 0,7 milhões referente aos dividendos e JSCP prescritos, que será submetida à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral prevista para ocorrer em 04 de abril de 2014, quando ocorrerá:
 (i) a ratificação da declaração dos juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 22,4 milhões, deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia, e a definição da efetiva data para pagamento; (ii) ratificação dos dividendos intermediários, referentes aos três primeiros trimestres de 2013, deliberados pelo Conselho de Administração, no montante de R\$ 704,3 milhões; (iii) aprovação da proposta de declaração de dividendos complementares referentes ao exercício social de 2013 e a definição da efetiva data para o pagamento.
 O montante de dividendos complementares propostos pela administração da Companhia é de R\$ 226,1 milhões, sendo R\$ 0,57 por ação ON e R\$ 0,62 por ação PN, conforme quadro abaixo.

Dividendos 2013 (R\$ milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de Dezembro de 2012	881,4
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	70,7
Dividendos e JSCP Prescritos	0,7
Constituição de Reserva Legal (5%)	-
Base para Distribuição de Dividendos	952,7
Dividendos Intermediários já Distribuídos	704,3
Juros sobre Capital Próprio já Destinados - 31/12/2013	22,4
Dividendos Complementares Propostos	226,1

Dividend Yield



Dividend yield - Preço Médio Ponderado do Período/Lucro por Ação

Endividamento em R\$ milhões

Montante	Vencimento	Custo Nominal
614,5	04/2015	CDI + 1,20% a.a.
501,9	05/2019	CDI + 0,79% a.a.

A dívida bruta da AES Tietê totalizava R\$ 1.116,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, valor 21% superior à posição da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 920,1 milhões), em função, principalmente, da 2ª emissão de debêntures em 15 de maio de 2013, com prazo de vencimento de seis anos.

Em 2013 as disponibilidades somavam R\$ 456,7 milhões. Assim, a dívida líquida ao final de 2013 era de R\$ 659,9 milhões, montante 26% superior em relação à posição final de 2012, em função, principalmente, da 2ª emissão de debêntures em 15 de maio de 2013, com prazo de vencimento de seis anos. Os recursos captados por meio da 2ª emissão foram utilizados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia com o consequente cancelamento de tais Notas. Os recursos da 1ª emissão de notas promissórias foram utilizados para a amortização da primeira parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$300 milhões, sendo o restante utilizado para investimentos.*

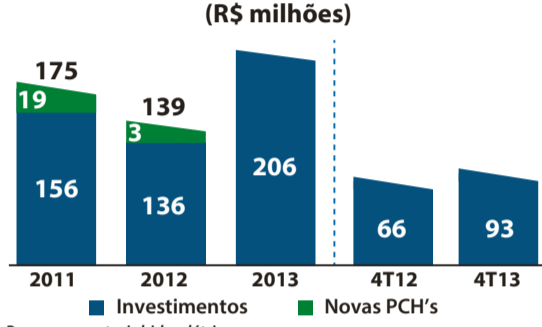
Investimentos

Os investimentos em 2013 somaram R\$ 205,9 milhões, montante 48% superior ao valor investido em 2012 (R\$ 139,0 milhões). A decisão da Companhia pela realização destes investimentos visa à melhoria das suas condições operacionais e assegura a disponibilidade de seu parque gerador, resultando em ganhos de produtividade, eficiência e maior geração de receita nos próximos anos.

Principais investimentos realizados em 2013:

- R\$ 198,4 milhões - manutenção e modernização; e
- R\$ 7,6 milhões - projetos de TI.

Histórico de Investimentos (R\$ milhões)



*PCH's: Pequenas centrais hidroelétricas

A variação positiva entre a projeção de investimentos para o ano de 2013, atualizada no terceiro trimestre de 2013 para R\$ 201,7 milhões, e o realizado de R\$ 205,9 milhões está principalmente relacionada à variação do grupo juros capitalizados (R\$12,8 milhões no terceiro trimestre de 2013 versus R\$17,7 milhões no quarto trimestre de 2013), que representam a agregação no custo do ativo imobilizado em curso, dos juros incorridos sobre o capital de terceiro. A variação nesse grupo de juros capitalizados está associada ao aumento na base de ativos imobilizados em curso, dado o processo de modernização e manutenção preventiva das usinas.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2013, a AES Tietê investiu R\$ 10,4 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades. Destaca-se o investimento de R\$ 1,8 milhão, equivalente a 18,2% do total, no desenvolvimento de tecnologias para a geração de energia sustentável, um dos compromissos da Companhia em sua Plataforma de Sustentabilidade.

Segurança

Os programas de segurança da Companhia são baseados nas diretrizes globais da The AES Corporation ("AES Corp") e no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO). Os requisitos do SGSSO estão de acordo com as especificações da OHSAS 18001 (Occupational Health Safety Assessment Series), norma internacional com foco na saúde e segurança do trabalho, voltada à preservação da integridade física e saúde dos colaboradores e parceiros, por meio de práticas de mitigação de riscos em atividades e instalações. Como resultado da aderência ao Sistema de Gestão da Segurança, a Companhia recebeu, em 2011, a Certificação integrada e multistite na norma OHSAS 18001:2007.
 Em 2013 a AES Tietê investiu R\$ 2,6 milhões em segurança e deu continuidade a um conjunto de ações que visam manter a melhoria dos índices de segurança. No ano, não foram registrados acidentes com colaboradores próprios. Com contratados, foram registrados seis acidentes sem afastamento. Desde 2010, não são registradas fatalidades com colaboradores próprios e contratados.

Em 2013 a Companhia manteve a medalha de prata no Prêmio ABS Top de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho 2013, promovido pela Agência Brasil de Segurança (ABS), adquirida em 2012.
 A AES Tietê também recebeu o Prêmio Golden Hat Award 2013 da AES Corp. Esse prêmio mundial reconhece e celebra as sociedades controladas pela AES Corp que exemplificam o valor segurança, colocando-o em primeiro lugar.

Segurança com a população

Segurança é o valor número 1 do grupo AES Brasil. Isso significa que nada é mais importante do que garantir a integridade física dos colaboradores, fornecedores, da população e das comunidades do entorno das usinas da Companhia.
 Anualmente, a AES Tietê promove campanhas de informação e conscientização da população em relação aos riscos envolvendo o uso dos reservatórios. São veiculadas campanhas publicitárias em jornais regionais e spots em rádios que alertam, por exemplo, sobre o perigo de nadar nas represas. Além disso, a Companhia desenvolve atividade de visitação às usinas por escolas locais para apresentar aos estudantes a estrutura de funcionamento e, principalmente, como eles podem realizar suas atividades de lazer sem comprometer a segurança. Em 2013, esse Programa de Educação Ambiental atingiu cerca de 13.900 pessoas, entre elas, alunos de escolas da região do entorno das usinas da Companhia.

Excelência na Gestão

A gestão das empresas do Grupo AES Brasil é orientada pelo Planejamento Estratégico Sustentável - conjunto de diretrizes que alinha as práticas de gestão da companhia aos compromissos apresentados em sua Plataforma de Sustentabilidade - e segue o Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), constituído de 11 fundamentos de excelência que devem ser seguidos pela organização. Tais fundamentos são convertidos em critérios de excelência que, entre outras coisas, permitem aferir o grau de maturidade da gestão da empresa. Essa mensuração é feita por meio de uma avaliação independente e dentro do ciclo do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), uma iniciativa da FNQ que reconhece as empresas de classe mundial.

Em 2013, a Companhia foi vencedora do Prêmio Iberoamericano de Qualidade. Como parte integrante do Modelo de Excelência da Gestão das empresas.

AES Brasil, o planejamento estratégico é revisado anualmente. Essa revisão conta com o envolvimento e a participação das lideranças e contempla todas as áreas da companhia. O processo é desenvolvido durante o primeiro semestre de cada ano, como uma forma de direcionar e fortalecer a cultura de performance organizacional e a posição competitiva, no curto e no longo prazos de acordo com o Ciclo de Planejamento Estratégico. Os desdobramentos dessa estratégia foram convertidos em 38 compromissos para o período de 2012 a 2016 nos temas de segurança, geração de energia sustentável, eficiência no uso de recursos, inovação e excelência para satisfação do cliente e desenvolvimento e valorização de colaboradores, fornecedores e comunidades. Tais compromissos são monitorados trimestralmente pelo Comitê de Sustentabilidade e são reportados semestralmente ao Conselho de Administração.

Gestão Ambiental

A AES Tietê conta com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), 100% certificado na norma ISO 14001:2004 desde 2011, que tem como principal foco de ação prevenção, correção, mitigação e controle de impactos ambientais. O SGA oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio do desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão, padronizando, assim, os processos e as atividades da empresa, especialmente as que oferecem maiores riscos ao meio ambiente. O sistema também trata de temas que envolvem gestão de fornecedores, levando em consideração questões relacionadas ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da companhia, além de prevenção de impactos e acidentes. Outro ponto de atenção do SGA são os impactos que as atividades da AES Tietê causam nas comunidades do entorno.
 Os investimentos em proteção ambiental na AES Tietê totalizaram R\$ 12,7 milhões em 2013.

Gestão Social

A relação e os compromissos da AES Tietê com as comunidades são pautados pelo Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa ("SGRSC"), que tem o objetivo de promover a melhoria contínua da atuação social e garantir o máximo alinhamento com a estratégia da empresa, que está estabelecida na Política de Sustentabilidade e com normas e padrões externos aplicáveis aos negócios do Grupo AES no Brasil, como ISO 26000 e AA 1000.
 Em 2013 a AES Tietê deu um importante passo para consolidação estratégica do SGRSC por meio da definição de um sistema de avaliação de projetos sociais focado em medir efetivamente o processo e os impactos causados por cada projeto.
 Em 2013 o investimento social privado da Companhia totalizou R\$ 13,3 milhões, dos quais R\$ 2 milhões em recursos próprios e R\$ 11,3 milhões em recursos incentivados, beneficiando 198 mil pessoas.

Reconhecimentos

- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - BM&FBOvespa:** por mais um ano (carteira de 2014), a AES Tietê integrará essa carteira de ações, a qual reúne as empresas com práticas mais sustentáveis da BM&FBOvespa. A Companhia participa desta carteira desde 2007.
- **Troféu Transparência:** em reconhecimento às suas boas práticas contábeis, a AES Tietê recebeu o Troféu Transparência da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), na categoria de empresas de capital aberto com faturamento inferior a R\$ 5 bilhões.
- **Prêmio Iberoamericano da Qualidade 2013:** premiação que reconhece os resultados obtidos pelas empresas que implementaram um programa permanente de melhoria, em busca da excelência na gestão, a partir da utilização de referência similar ao Modelo de Excelência da Gestão (MEG), disseminado pela Fundação Nacional da Qualidade. A premiação é promovida pela Fundación Ibero-americana para la Gestión de la Calidad (Fundibeq).
- **Medalha Eloy Chaves:** a AES Tietê recebeu a Medalha Eloy Chaves 2013 como o melhor empresa em saúde e segurança do trabalho. A premiação é organizada pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE) e eleger as melhores dentre todas as geradoras e transmissoras do Brasil.
- **Empresas Mais Rentáveis:** o Ranking Exame aponta AES Tietê entre as Mais Rentáveis.
- **Golden Hat Award:** concedido pela AES Corp, o prêmio reconhece e celebra as empresas do grupo que exemplificam o que significa colocar a Segurança em primeiro lugar.
- **Destaque à Engenharia da Confiabilidade:** a AES Tietê foi reconhecida como uma das empresas que desempenham com excelência a aplicação da Engenharia da Confiabilidade.
- **ISO 55.000:** a AES Tietê foi convidada pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ABRAMAN (Associação Brasileira de Manutenção e Gestão de Ativos) a participar do grupo que vai definir as regras da ISO 55.000, norma técnica internacional de padrões mundiais em gestão de ativos físicos.
- **Medalha de prata no prêmio ABS em Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional:** o Sistema de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho da AES Tietê foi vencedor do Prêmio ABS TOP de Gestão, concedido pela Agência Brasileira de Segurança - ABS.
- **Best Innovator 2013:** o Grupo AES Brasil, da qual a AES Tietê faz parte, foi considerado o 12º mais inovador do Brasil, de acordo com a pesquisa Best Innovator 2013. Foram avaliados critérios como estratégia, organização e cultura; processo, estrutura e resultados. Feito pela consultoria A.T. Kearney em 15 países, o estudo avaliou 120 companhias no Brasil e listou as 20 mais inovadoras. Foi a primeira vez que a AES Brasil participou do prêmio.
- **Guia Exame de sustentabilidade:** a AES Brasil está novamente no Guia Exame de Sustentabilidade, que lista as empresas mais sustentáveis do Brasil. O Grupo também esteve em 2009 e 2012 - no topo do ranking. A partir de 2013 (14ª edição), o levantamento tem nova metodologia e reúne as 61 empresas com as melhores práticas no País. Foram ressaltadas a governança da sustentabilidade na Companhia, a atuação em direitos humanos e a relação com a comunidade e com os fornecedores. A pesquisa foi elaborada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e avaliou 184 companhias.

Governança Corporativa

A AES Tietê possui o compromisso de reforçar os níveis de sustentabilidade de sua atuação, ratificado por meio da transparência de seu relacionamento com os diversos públicos. O uso de boas práticas de governança corporativa é conduzida valorizada por seus acionistas e administradores. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por dezesseis membros, sendo dez membros efetivos e nove membros suplentes. Dentre os efetivos, sete foram indicados pela acionista controladora, um foi indicado pelo BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), um foi indicado pelos empregados, e um é membro independente.
 O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração se encerrará na data da realização da Assembleia Geral que examinará as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.
 A Companhia conta com um Conselho Fiscal, atualmente composto por nove membros, sendo cinco membros efetivos e quatro membros suplentes, indicados pelo BNDESPAR, pelos acionistas minoritários ordinários e preferencialistas. Além de ter sua exigida pela legislação fiscalizada pelo Conselho Fiscal, a AES Tietê está preparada para suprir a AES Corp, sua controladora indireta, com as informações necessárias para a Lei Sarbanes-Oxley.
 Reforçando o compromisso do grupo AES Brasil com a sustentabilidade, em 2013, a AES Tietê foi selecionada por mais um ano para compor a carteira de 2014 do ISE, uma parceria da Fundação Getúlio Vargas-FGV com a BM&FBOvespa. A carteira reúne empresas que apresentam alto grau de comprometimento com a sustentabilidade corporativa, baseada na eficiência econômica, no equilíbrio ambiental, na justiça social e na governança corporativa.

Estrutura Societária

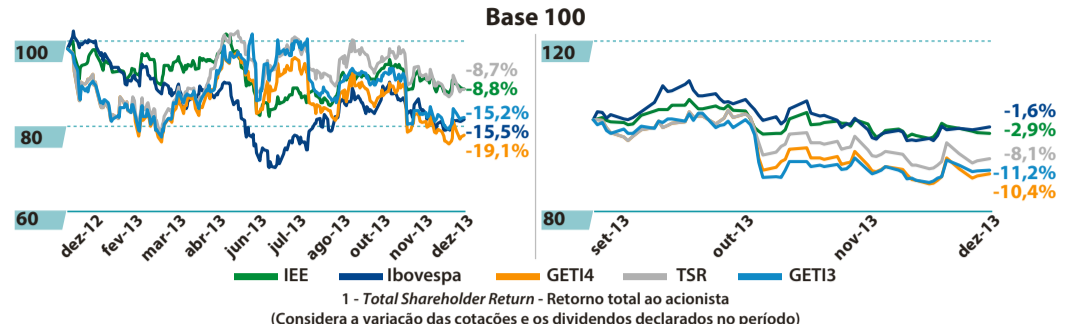
Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da AES Tietê era de R\$ 207,

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Mercado de Capitais

As ações da AES Tietê são negociadas no mercado tradicional da BM&FBovespa sob os códigos GETI3 (ordinárias) e GETI4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs Nível I negociadas no mercado de balcão norte-americano sob os códigos AESAY (ordinárias) e AESYY (preferenciais). Ao longo de 2013 foram realizados 707.133 negócios, sendo 515.683 envolvendo ações preferenciais (6,4% abaixo do total das ações preferenciais negociadas em 2012), e 191.450 negociações com ações ordinárias da Companhia (6,0% abaixo do total registrado em 2012). Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado da AES Tietê era de R\$ 7,0 bilhões.

AES Tietê x Ibovespa x IEE x TSR1



Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2013, a AES Tietê utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes dos contratos encontram-se abaixo:

(i) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados do Relatório de Controle Patrimonial (RCP) de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela ANEEL. Data da contratação: 26 de abril de 2013;

(ii) Natureza do serviço: asseguarção limitada (verificação independente) sobre as informações de sustentabilidade da Companhia, referentes ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative ("GRI"). Data da contratação: 17 de outubro de 2013;

(iii) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 16 de julho de 2013.

O valor total dos serviços descritos acima soma R\$ 52.620,00 (quarenta e dois mil, cento e vinte cinco reais) e equivale a 51,9% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Todos os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entendem que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2013

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	2.336.933			2.112.435		
Resultado operacional (RO)	1.362.175			1.379.800		
Folha de pagamento bruta (FPB)	76.084			75.815		

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.623	4,76%	0,16%	2.558	3,37%	0,12%
Encargos sociais compulsórios	14.800	19,45%	0,63%	16.589	21,88%	0,79%
Previdência privada	4.603	6,05%	0,20%	2.231	2,94%	0,11%
Saúde	4.926	6,47%	0,21%	3.279	4,33%	0,16%
Segurança e saúde no trabalho	2.624	3,45%	0,11%	3.749	4,94%	0,18%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	887	1,17%	0,04%	1.242	1,64%	0,06%
Creches ou auxílio-creche	56	0,07%	0,00%	38	0,05%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	7.366	9,68%	0,32%	9.564	12,61%	0,45%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	38.885	51,11%	1,66%	39.250	51,77%	1,86%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.116	0,16%	0,09%	2.151	0,16%	0,10%
Cultura	9.150	0,67%	0,39%	8.538	0,62%	0,40%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	1.868	0,14%	0,08%	1.886	0,14%	0,09%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	13.134	0,96%	0,56%	12.575	0,91%	0,60%
Tributos (excluídos encargos sociais)	431.969	31,71%	18,48%	436.935	31,67%	20,68%
Total - Indicadores sociais externos	445.103	32,68%	19,05%	462.085	33,49%	21,87%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	10.715	0,79%	0,46%	8.686	0,63%	0,41%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.986	0,15%	0,08%	1.663	0,12%	0,08%
Total dos investimentos em meio ambiente	12.701	0,93%	0,54%	10.349	0,75%	0,49%

Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%
() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013	2012
Nº de empregados(as) ao final do período	337	364
Nº de admissões durante o período	28	64
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.082	903
Nº de estagiários(as)	5	11
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	96	108
Nº de mulheres que trabalham na empresa	53	59
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	14,00%	28,57%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	23	23
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4%	0,00%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	10	11

6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2013 Valor (Mil reais)	2012 Valor (Mil reais)
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,69	22
Número total de acidentes de trabalho	0	0

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) + Cipa
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) + Cipa
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	(x) incentiva e segue a OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	(x) são exigidos	(x) são exigidos
Quando à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	(x) organiza e incentiva	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na empresa 0	no Procon 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%

Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 1.636.612	Em 2012: 1.668.311		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	36,5% governo 53,9% acionistas	4,2% colaboradores(as) 5,4% terceiros	37,3% governo 54,0% acionistas	4,0% colaboradores(as) 4,7% terceiros

7 - Outras Informações

1 Reapresentação dos números de 2012 nas DFs

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ATIVO	Reapresentado		Reapresentado	
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	108.409	89.279	108.420
Investimentos de curto prazo	4	347.410	307.604	348.307
Consumidores e revendedores	5	50.731	27.615	50.731
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	9.005	9.128	9.023
Outros tributos compensáveis	7	14.965	2.593	14.965
Devedores diversos		485	643	489
Contas a receber de partes relacionadas	24	228.354	204.847	228.354
Outros créditos	8	1.505	19.394	1.505
Despesas pagas antecipadamente		2.079	2.388	2.079
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		762.943	663.491	763.873
NÃO CIRCULANTE				
Outros tributos compensáveis	7	791	791	791
Tributos a recuperar	9	89.137	99.063	89.137
Cauções e depósitos vinculados	17	6.476	6.897	6.476
Outros créditos	8	12.609	14.386	12.609
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(12.609)	(14.386)	(12.609)
Investimentos	10	3.907	3.882	-
Imobilizado, líquido	11.1	3.130.481	3.119.330	3.133.481
Intangível	11.2	2.079	50.761	79.507
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.310.299	3.280.724	3.309.392
TOTAL DO ATIVO		4.073.242	3.944.215	4.073.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
PASSIVO	Reapresentado		Reapresentado	
CIRCULANTE				
Fornecedores	12	104.814	116.113	104.831
Debêntures	13	319.961	316.335	319.961
Arrendamento financeiro	13	206	267	206
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7	387.708	389.622	387.713
Outros tributos a pagar	7	8.721	8.175	8.721
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		21.438	24.655	21.438
Obrigações estimadas	14	15.652	17.428	15.652
Obrigações sociais e trabalhistas		946	1.543	946
Provisões para processos judiciais e outros	17	11.167	8.763	11.167
Pesquisa e desenvolvimento	16	10.937	12.250	10.937
Outras obrigações		11.179	10.584	11.180
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		892.729	905.735	892.752
NÃO CIRCULANTE				
Debêntures	13	796.389	599.261	796.389
Arrendamento financeiro	13	120	223	120
Tributos e contribuições sociais diferidos	6	541.616	581.552	541.616
Obrigações com entidade de previdência privada	15	-	4.024	-
Provisões para processos judiciais e outros	17	56.775	46.268	56.775
Pesquisa e desenvolvimento	16	1.362	774	1.362
Obrigações estimadas	14	362	679	362
Outras obrigações		80	93	80
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.396.704	1.232.874	1.396.704
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado	18.1	207.227	207.227	207.227
Reserva de capital	18.2	254.083	253.844	254.083
Reservas de lucro - legal	18.2	41.445	41.445	41.445
Ajustes de avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes	18.2	1.054.959	1.121.215	1.054.959
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	19	226.095	181.875	226.095
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.783.809	1.805.606	1.783.809
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.073.242	3.944.215	4.073.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	2.336.933	2.108.325	2.336.933
CUSTOS OPERACIONAIS				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	21	(443.464)	(196.219)	(443.464)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	21	(91.063)	(107.263)	(91.063)
Taxa de fiscalização		(5.154)	(5.556)	(5.154)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(61.521)	(68.354)	(61.521)
Custo de Operação				
Pessoal e administradores		(76.084)	(75.513)	(76.084)
Entidade de previdência privada	15	(4.603)	(2.231)	(4.603)
Serviços de terceiros		(91.194)	(85.320)	(91.280)
Material		(5.983)	(4.456)	(5.983)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa		1.777	43	1.777
Provisão/Reversão para processos judiciais e outros		(7.954)	(1.920)	(7.954)
Depreciação e amortização		(163.307)	(162.393)	(163.307)
Outras receitas e custos	22	(26.091)	(21.252)	(21.127)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(974.641)	(730.434)	(974.758)
RESULTADO DO SERVIÇO		1.362.292	1.377.891	1.362.175
Resultado de equivalência patrimonial		25	1.845	-
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	23	36.100	33.831	36.170
Despesas financeiras	23	(81.487)	(75.783)	(81.397)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	23	(6.198)	(480)	(6.198)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(51.585)	(42.432)	(51.425)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		1.310.732	1.337.304	1.310.750
Contribuição social	6	(125.413)	(125.546)	(125.614)
Imposto de renda	6	(336.262)	(336.665)	(336.273)
Contribuição social diferida	6	8.628	7.004	8.628
Imposto de renda diferido	6	23.674	19.166	23.674
TOTAL DOS TRIBUTOS		(429.373)	(436.041)	(429.391)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		881.359	901.263	881.359
Lucro por ação básico:				
Por ação Ordinária	20.2	2,2054	2,2552	2,2054
Por ação Preferencial	20.2	2,4260	2,4808	2,4260
Lucro por ação diluído:				
Por				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social	Ágio na incorporação	Reserva de capital			Reserva de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial/Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
				Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas e outras reservas	Legal		Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2011		207.227	232.547	17.613	3.417	41.445	1.198.707	-	-	-	253.120	1.954.076
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	-	-	-	901.263	-	901.263
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	901.263
Ajuste de avaliação atuarial		-	-	-	-	-	-	-	(4.024)	-	-	(4.024)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial		-	-	-	-	-	-	-	1.368	-	-	1.368
Transações com os acionistas:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração com base em ações		-	-	-	267	-	-	-	-	-	-	267
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(253.120)	(253.120)
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	(768.559)	-	(768.559)
Juros sobre o capital próprio	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.104)	-	(26.104)
Ajuste dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	439	-	439
Mutações internas do Patrimônio Líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado		-	-	-	-	-	(113.388)	-	-	113.388	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado		-	-	-	-	-	38.552	-	-	(38.552)	-	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(181.875)	-	(181.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)		207.227	232.547	17.613	3.684	41.445	1.123.871	(2.656)	-	-	181.875	1.805.606
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	-	-	-	881.359	-	881.359
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	6.744	-	6.744
Ajuste de avaliação atuarial		-	-	-	-	-	-	-	(2.293)	-	-	(2.293)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações com os acionistas:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração com base em ações		-	-	-	239	-	-	-	-	-	-	239
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(181.875)	(181.875)
Distribuição de dividendos intermediários	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(704.274)	-	(704.274)
Juros sobre o capital próprio	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.363)	-	(22.363)
Ajuste dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	666	-	666
Mutações internas do Patrimônio Líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado		-	-	-	-	-	(107.133)	-	-	107.133	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado		-	-	-	-	-	36.426	-	-	(36.426)	-	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.095)	-	(226.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		207.227	232.547	17.613	3.923	41.445	1.053.164	1.795	-	-	226.095	1.783.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
	1. RECEITAS	2.479.841	2.224.593	2.479.841		2.228.948			
Receita bruta de venda de energia	2.477.691	2.224.474	2.477.691	2.228.740	FGTS	3.698	3.662	3.698	3.675
Outras receitas operacionais	373	76	373	76	Outros	(485)	42	(485)	43
(Provisão) Reversão para créditos de liquidação duvidosa	1.777	43	1.777	132	Tributos (Governo)	597.083	622.733	597.104	623.146
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(715.984)	(430.362)	(716.092)	(432.068)	Federais	504.464	527.054	504.482	527.448
Materiais	(5.983)	(4.456)	(5.983)	(4.541)	Imposto de renda e contribuição social	429.373	436.041	429.391	436.235
Outros custos operacionais	(32.835)	(21.630)	(32.857)	(21.501)	Cofins	52.598	65.086	52.598	65.214
Custo da energia comprada e transmissão	(585.972)	(318.956)	(585.972)	(319.368)	Pis	11.392	14.104	11.392	14.132
Serviços de terceiros	(91.194)	(85.320)	(91.280)	(86.658)	INSS	8.155	8.166	8.155	8.198
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.763.857	1.794.231	1.763.749	1.796.880	Encargos sociais - Outros	2.946	3.657	2.946	3.669
4. RETENÇÕES	(163.307)	(162.393)	(163.307)	(162.644)	Estaduais	2.562	663	2.565	677
Depreciação e amortização	(163.307)	(162.393)	(163.307)	(162.644)	ICMS	2.317	478	2.317	478
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.600.550	1.631.838	1.600.442	1.634.236	Outros	245	185	248	199
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	36.125	35.676	36.170	34.075	Municipais	13	23	13	23
Receitas financeiras	36.100	33.831	36.170	34.075	IPTU	3	21	3	21
Resultado de participações societárias	25	1.845	-	-	ISS	3	2	3	2
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.636.675	1.667.514	1.636.612	1.668.311	Encargos setoriais	90.044	94.993	90.044	94.998
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.636.675	1.667.514	1.636.612	1.668.311	Pesquisa e desenvolvimento	23.369	21.083	23.369	21.083
Empregados (Colaboradores)	69.586	65.921	69.586	66.179	Taxa de fiscalização - ANEEL	5.154	5.556	5.154	5.581
Salários e encargos	54.404	50.436	54.404	50.666	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	61.521	68.354	61.521	68.354
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	7.366	9.500	7.366	9.564	Remuneração do capital de terceiros	88.647	77.597	88.563	77.723
Previdência privada	4.603	2.231	4.603	2.231	Juros	87.685	76.263	87.595	76.377
					Aluguéis	962	1.334	968	1.346
					Remuneração do capital próprio	881.359	901.263	881.359	901.263
					Dividendos e juros sobre capital próprio	881.359	901.263	881.359	901.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia está sediada no Município de Barueri, localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulihôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboaré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A Companhia é controladora direta da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhamento na nota explicativa nº 10.

A Companhia vende para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo) 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física. O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015 e determina a atualização anual do preço de venda da energia pela variação do IGP-M (vide nota explicativa nº 24).

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
Limoeiro	1958	2	32	15
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Ibitinga	1969	3	132	74
Barra Bonita	1964	4	141	45
Barri	1969	3	143	66
Promissão	1977	3	264	104
Nova Avanhandava	1985	3	247	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	746
São Joaquim	2011	1	3	1
São José	2012	2	4	2
Total		35	2.658	1.278

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, emvidos esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento), que representam 398 MW. Esses esforços estão evidenciados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão acurta referida inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, tais como as condições de pagamento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la a nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011 a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011 a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012 o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto "Termo São Paulo", para a implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW.

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifeste sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela Companhia ("Termo São Paulo"), com as alegações seguintes: i) o plano apresentado é consistente; ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; iii) a usina termoeletrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

O juízo de 1ª instância determinou que a Companhia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de conciliação. A Audiência de Conciliação foi realizada em 09 de outubro de 2013, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo, para que a Companhia estude alternativas para expandir sua capacidade de geração que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado, portanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoeletrica a gás natural, com capacidade instalada de aproximadamente 550 MW.

O empreendimento, localizado no município de Canas no Estado de São Paulo, tem sua Licença Ambiental Prévia em vigor e válida até outubro de 2016, tendo sido emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e Controle de Poluição das Águas - CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a Companhia e a CETESB, está argumentando a nulidade do procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da Licença Ambiental Prévia, o que foi concedido pelo Judiciário em 30 de março de 2012. Em 23 de abril de 2012, a Companhia voluntariamente se deu por intimada para apresentação dos recursos cabíveis contra a decisão. Em 15 de maio de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental Prévia emitida pela CETESB e, em 31 de janeiro de 2013, o Tribunal julgou o recurso favoravelmente à Companhia mantendo, desta forma, os efeitos da Licença Ambiental Prévia. Em 14 de março de 2013 a Defensoria Pública apresentou pedido de esclarecimentos, argumentando que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo não considerou expressamente algumas legislações ambientais. Em 27 de junho de 2013 o pedido de esclarecimento foi considerado descabido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sob fundamento de que todos os pontos relevantes para julgamento da demanda foram analisados e que não há ofensa aos dispositivos legais ambientais. Em 20 de agosto de 2013 a Defensoria Pública interpor recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo favorável à Companhia que manteve os efeitos da Licença Prévia, os quais ainda não foram julgados. Com relação ao processo principal, aguarda-se a evolução do processo para produção de provas e posterior decisão judicial.

A Companhia segue com o processo de licenciamento ambiental desenvolvendo planos e programas para obtenção da Licença Ambiental de Instalação e analisando alternativas para o fornecimento de gás, para que desta forma esteja apta para participar de leilões de energia nova em 2014. Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade instalada líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara no Estado de São Paulo. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia. Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos.

Adicionalmente, contribuem para o cumprimento da meta de Obrigação de Expansão a PCH São Joaquim 3 MW e a PCH São José 4 MW, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 12 de fevereiro de 2014, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Consolidado".

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como "Controladora" ou "Individuais".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído ("deemed cost"), na data de transição em janeiro de 2009.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)
 A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada não identificaram nenhum evento, através de informações extraídas de fontes internas e externas, indicando a existência de eventuais perdas por redução ao provável valor recuperável dos ativos.
 O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo, menos custo para venda.
 Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera que todas as usinas compõem uma única unidade geradora de caixa.
 Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

3.6 Provisões
 A Companhia e suas controladas registram provisões quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado ou ao item qualificador do ativo ao qual estejam relacionadas. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

(a) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas
 A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e suas controladas inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente
 São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros pelo custo amortizado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.
 Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. No reconhecimento inicial das debêntures são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados. Posteriormente são valorizados ao custo amortizado.
 A Companhia e suas controladas não têm registrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

(a) Liquidação de passivos financeiros
 A Companhia e suas controladas liquidam os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

(b) Instrumentos financeiros - apresentação líquida
 Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Derivativos embutidos
 Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum derivativo embutido em seus contratos.

3.9 Impostos sobre vendas
 As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados: diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes;
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 2% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração do resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como reduções destes grupos de contas nas demonstrações contábeis. A alíquota de PIS e COFINS aplicada ao contrato bilateral com a coligada Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo).

3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
(a) Imposto de renda e contribuição social correntes
 A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.
 Para a controlada, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido, incidentes sobre a receita operacional e as demais receitas.
 As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
 Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a diferenças temporárias estão registrados nas demonstrações contábeis de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro.
 Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.
 A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.
 Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.
 Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.
 Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.
 Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.11 Benefícios a empregados
 A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.
 O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial.
 O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.
 O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.
Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
 Durante o exercício, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.
 Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação desta norma requer a descontinuação do método do corredor e consequente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.
 De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.
 Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 31 de dezembro de 2012 estão apresentados a seguir. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
Mudanças no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
Reconciliação do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajuste do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajuste do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	116.113	-	116.113	116.222	-	116.222
Debêntures	316.335	-	316.335	316.335	-	316.335
Arrendamento financeiro	267	-	267	267	-	267
Imposto de renda e contribuição social a pagar	389.622	-	389.622	389.626	-	389.626
Outros tributos a pagar	8.175	-	8.175	8.175	-	8.175
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.655	-	24.655	24.655	-	24.655
Obrigações estimadas	17.428	-	17.428	17.428	-	17.428
Obrigações sociais e trabalhistas	1.543	-	1.543	1.543	-	1.543
Provisões para processos judiciais e outros	8.763	-	8.763	8.763	-	8.763
Pesquisa e desenvolvimento	12.250	-	12.250	12.250	-	12.250
Outras obrigações	10.584	-	10.584	10.584	-	10.584
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	905.735	-	905.735	905.848	-	905.848
NÃO CIRCULANTE						
Debêntures	599.261	-	599.261	599.261	-	599.261
Arrendamento financeiro	223	-	223	223	-	223
Tributos e contribuições sociais diferidos	582.920	(1.368)	581.552	582.920	(1.368)	581.552
Obrigações com entidade de previdência privada	-	4.024	4.024	-	4.024	4.024
Provisões para processos judiciais e outros	46.268	-	46.268	46.268	-	46.268
Pesquisa e desenvolvimento	774	-	774	774	-	774
Obrigações estimadas	679	-	679	679	-	679
Outras obrigações	93	-	93	93	-	93
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.230.218	2.656	1.232.874	1.230.218	2.656	1.232.874
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social subscrito e integralizado	207.227	-	207.227	207.227	-	207.227
Reserva de capital	253.844	-	253.844	253.844	-	253.844
Reservas de lucro - legal	41.445	-	41.445	41.445	-	41.445
Ajustes de avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes	1.123.871	(2.656)	1.121.215	1.123.871	(2.656)	1.121.215
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	181.875	-	181.875	181.875	-	181.875
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.808.262	(2.656)	1.805.606	1.808.262	(2.656)	1.805.606
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.944.215	-	3.944.215	3.944.328	-	3.944.328

Na hipótese de não haver impacto no ativo da Companhia, por este motivo, não há reconciliação dos saldos.
Reconciliação do saldo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da demonstração das mudanças do patrimônio líquido após adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados:

	2012
Patrimônio líquido originalmente emitido	1.808.262
Registro da perda atuarial	(4.024)
Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.368
Patrimônio líquido reapresentado	1.805.606

Na hipótese de não haver impacto nas demonstrações do resultado, fluxo de caixa e valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, não houve impacto nos saldos de 31 de dezembro de 2011, desta forma, a Companhia não está apresentando a reconciliação dos saldos do Balanço Patrimonial para 1º de janeiro de 2012.

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes
 Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante
 Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos
 Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.
 O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.
 As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas-base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia não havia ajustes significativos decorrentes de ajustes a valor presente de ativos ou passivos.

3.15 Distribuição de dividendos
 Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.
 O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.
 Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização da mais-valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no Patrimônio Líquido. Dessa forma, o montante das despesas de depreciacão e baixas, em função do registro da mais-valia no ativo imobilizado (custo atribuído), tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.
 Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

A Administração da Companhia, suportada por pareceres legais externos, entende que não há obrigatoriedade da tributação de eventual excesso do lucro líquido ajustado, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em relação aos resultados fiscais (Medida Provisória 627/2013). Desta forma, o pagamento de dividendos está baseado nas regras contábeis e societárias vigentes, não havendo tributação quando da sua distribuição.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.
 Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

3.16 Pagamentos baseados em ações
 A AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos de incentivo. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela AES Corporation são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.
 De acordo com o CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos funcionários da Companhia. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da AES Corporation - vide nota explicativa nº 30.

3.17 Reconhecimento da receita
 A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica
 A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

(b) Receita de juros
 A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal investido, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.18 Contratos de arrendamento
 Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia e suas controladas (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados com um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.
 Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.19 Encargos setoriais
(a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
 De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.
 As concessionárias de geração, as autorizadas à produção independente de energia elétrica e as concessionárias de transmissão ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 1% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento, incluindo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energia (MME) voltados ao setor elétrico.

(b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
 O encargo TFSEE é um valor anual estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita destinada à cobertura do custeio de suas atividades. Equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do Serviço Público de Energia Elétrica. Para o segmento de geração e transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos e sua gestão fica a cargo da ANEEL.

(c) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)
 A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um encargo setorial pela qual todas as hidrelétricas com capacidade instalada superior a 10MW devem pagar para compensar governos federal, estaduais e municipais afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas.
 A CFURH corresponde ao valor de 6,75% da geração mensal da usina multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), publicada anualmente pela ANEEL.

3.20 Lucro por ação
 A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) Resultado por ação.
 O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.
 O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.21 Segmento de negócios
 Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receita e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.
 As decisões contábeis da Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

3.22 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
 Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego
 A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.
 O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em base anual, e quando necessário, em períodos intermediários, com a ajuda de consultores especializados em serviços. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas quando da reavaliação atuarial.
 As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto
 De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional.
 Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. Conforme descrito na nota explicativa nº 15, a Companhia utilizou a taxa real de 6,50% a.a. (taxa de desconto nominal de 11,29% a.a.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Taxa de mortalidade
 A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Fundação CESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.
Aumento salarial, benefícios e inflação
 Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos
 De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

(b) Valor útil dos bens de imobilizado
 Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL e os resultados valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

(c) Provisão para processos judiciais e outros
 De acordo com a nota explicativa nº 3.6, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.
 As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros da Companhia e suas controladas são revisadas, no âmbito do julgamento.

(d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração
 A Companhia revisa, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (nota explicativa nº 3.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.
 O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

(e) Impostos
 Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.
 Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
 O critério referente à análise do risco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e Spot) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia no curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber acerca da energia livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente.

6. Tributos e contribuições sociais diferidos

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.164	2.350	(186)	36
Provisão para processos fiscais	1.630	1.562	68	83
Provisão para processos trabalhistas	2.901	1.984	917	261
Provisão para processos civis	9.885	9.304	581	653
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	8.216	3.419	4.797	(22)
Provisões de meio ambiente	2.945	1.446	1.499	2
Ativo imobilizado - custo atribuído	(542.538)	(578.964)	36.426	38.552
Ativo intangível - uso do bem público	(14.635)	(15.549)	914	915
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	(925)	1.368	—	—
Outras	(11.259)	(8.472)	(2.787)	(3.962)
Subtotal	(541.616)	(581.552)	42.229	36.518
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9	—	—	(9.926)	(10.348)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	32.303	26.170
Tributos diferidos ativos	33.609	27.081	—	—
Tributos diferidos passivos	(575.225)	(608.633)	—	—
Passivo fiscal diferido, líquido	(541.616)	(581.552)		

Reconciliação do passivo fiscal diferido, líquido

	2013	2012
Saldo inicial	(581.552)	(619.438)
Efeito dos tributos diferidos no resultado do exercício	42.229	36.518
Efeito dos tributos diferidos no patrimônio líquido	(2.293)	1.368
Saldo final	(541.616)	(581.552)

6.2 Estimativa de recuperação de créditos

O regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social das controladas é o do lucro presumido, não gerando, portanto, diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, que são a base para o registro de impostos diferidos ativos ou passivos.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2013, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	Controladora		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar (*)	Total
2014	11.852	9.276	21.128
2015	3.770	8.635	12.405
2016	1.740	7.990	9.730
2017	796	7.416	8.212
2018	796	6.863	7.659
2019 a 2021	11.729	17.696	29.425
2022 a 2024	1.098	14.009	15.107
2025 a 2027	1.098	11.103	12.201
2028 a 2029	730	6.149	6.879
Total	33.609	89.137	122.746

(*) A estimativa de realização de tributos a recuperar registrados no ativo não circulante foi definida através de Ofício ANEEL - Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritas na nota explicativa nº 9.

A Companhia submeteu para aprovação do Conselho de Administração e exame do Conselho fiscal, o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários em 22 de janeiro de 2014.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

6.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Corrente	(336.273)	(125.420)	(336.791)	(125.614)
Diferido	23.674	8.628	19.166	7.004
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(312.599)	(116.792)	(317.625)	(118.610)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	1.310.750	1.310.750	1.337.498	1.337.498
Adições (exclusões):				
- Juros sobre capital próprio	(22.363)	(22.363)	(26.104)	(26.104)
- Doações	13.974	13.974	13.007	13.007
- Pesquisa e desenvolvimento	(4.478)	(4.478)	(7.524)	(7.524)
- Outros	72	(189)	756	1.012
Subtotal	(12.795)	(13.056)	(19.865)	(19.609)
Base de cálculo	1.297.955	1.297.694	1.317.633	1.317.889
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	(324.489)	(116.792)	(329.408)	(118.610)
Incentivos Fiscais	11.866	—	11.759	—
Outros	24	—	24	—
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(312.599)	(116.792)	(317.625)	(118.610)
Alíquota efetiva	23,8%	8,9%	23,7%	8,9%

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 de 16 de setembro de 2013.

Adicionalmente foi publicada a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013.

Esses dois normativos legais tratam de forma geral, da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e definem que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT - Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Apesar da validade das referidas normas legais estarem sendo amplamente discutida no mercado, a Companhia amparada pela posição de seus assessores externos, avaliou os possíveis impactos de sua aplicabilidade até o ano base de 2013 e não identificou efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis. A Companhia não optou pela aplicação dos efeitos da MP. 627/13 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 71, desta forma os impactos dessa Medida Provisória deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

7. Tributos e contribuições sociais

7.1 Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social a compensar				
Imposto de renda	16	—	20	—
Contribuição social	7	1	7	1
Imposto de renda retido na fonte	8.982	9.127	8.996	9.136
Total	9.005	9.128	9.023	9.137
Outros tributos a compensar				
PIS	2.645	462	2.645	462
COFINS	12.186	2.131	12.186	2.131
Outros tributos	134	—	134	10
Total	14.965	2.593	14.965	2.603
Total circulante	23.970	11.721	23.988	11.740
Outros tributos a compensar				
ICMS	791	791	791	791
Total não circulante	791	791	791	791

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

(a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2013				
	Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Controladora:					
Terrenos		407.783	—	407.783	407.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3,4%	2.823.409	(1.483.854)	1.339.555	1.429.379
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	639.844	(412.737)	227.107	238.858
Máquinas e equipamentos	3,9%	1.381.074	(529.856)	851.218	843.863
Veículos	12,9%	7.384	(2.940)	4.444	3.934
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	810	(544)	266	411
Móveis e utensílios e outros	8,2%	4.482	(2.669)	1.813	1.649
Imobilizado em serviço		5.264.786	(2.432.600)	2.832.186	2.925.877
Imobilizado em curso (I)		300.977	—	300.977	196.135
Obrigações especiais		(4.781)	—	(4.781)	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	—	2.099	2.099
Total Imobilizado - Controladora		5.563.081	(2.432.600)	3.130.481	3.119.330
AES Rio PCH Ltda.:					
Imobilizado em curso (terrenos)		3.000	—	3.000	3.000
Total Imobilizado - AES Rio		3.000	—	3.000	3.000
Total Consolidado		5.566.081	(2.432.600)	3.133.481	3.122.330
Resumo Consolidado:					
Imobilizado em serviço		5.264.786	(2.432.600)	2.832.186	2.925.877
Imobilizado em curso (I)		303.977	—	303.977	199.135
Obrigações especiais		(4.781)	—	(4.781)	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	—	2.099	2.099
Total Imobilizado		5.566.081	(2.432.600)	3.133.481	3.122.330

(I) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o exercício.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controlada	Total consolidado
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2011	407.783	3.010.365	508.934	1.095.335	4.697	21.373	210.898	(2.682)	5.256.703	15.164	5.271.867
Adições	—	—	—	—	—	173	142.974	—	143.147	—	143.147
Baixas	—	(21)	(180)	(1.037)	—	(1.415)	—	—	(2.653)	(80)	(2.733)
Transferências	—	(191.375)	129.379	227.003	3.868	(15.328)	(157.737)	—	(4.190)	—	(4.190)
Baixa dos ativos alienados da AES Minas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(12.084)	(12.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	407.783	2.818.969	638.133	1.321.301	8.565	4.803	196.135	(2.682)	5.393.007	3.000	5.396.007
Adições	—	—	—	—	—	50	205.941	—	205.991	—	205.991
Baixas	—	—	—	—	(2.585)	(2)	—	—	(2.587)	—	(2.587)
Transferências (I)	—	4.440	1.711	59.773	1.404	441	(101.099)	—	(33.330)	—	(33.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	407.783	2.823.409	639.844	1.381.074	7.384	5.292	300.977	(2.682)	5.563.081	3.000	5.566.081

(I) O saldo de transferências no valor de R\$ 33.330 refere-se às adições de intangíveis - vide nota explicativa nº 11.2

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controlada	Total consolidado
Depreciação acumulada											
Saldo em 31 de dezembro de 2011	—	(1.383.381)	(325.182)	(389.544)	(3.799)	(12.416)	—	—	(2.114.322)	(1.966)	(2.116.288)
Adições	—	(95.809)	(12.565)	(51.871)	(701)	(997)	—	—	(161.943)	(242)	(162.185)
Baixas	—	21	149	1.012	—	1.406	—	—	2.588	—	2.588
Transferências	—	89.579	(61.677)	(37.035)	(131)	9.264	—	—	—	—	—
Baixa dos ativos alienados da AES Minas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.208	2.208
Saldo em 31 de dezembro de 2012	—	(1.389.590)	(399.275)	(477.438)	(4.631)	(2.743)	—	—	(2.273.677)	—	(2.273.677)
Adições	—	(94.264)	(13.462)	(52.418)	(799)	(470)	—	—	(161.413)	—	(161.413)
Baixas	—	—	—	—	2.490	—	—	—	2.490	—	2.490
Saldo em 31 de dezembro de 2013	—	(1.483.854)	(412.737)	(529.856)	(2.940)	(3.213)	—	—	(2.432.600)	—	(2.432.600)

7.2 Tributos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
--	--------------	--	-------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora, com exceção dos arrendamentos financeiros, sendo o montante total de bens vinculados à concessão na data-base de 31 de dezembro de 2013 equivalente a R\$3.130.215 (R\$3.118.919 em 31 de dezembro de 2012).

(d) Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

(e) Obrigação de expansão

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tem a obrigação de expandir a capacidade instalada em 15%, o que ainda não foi possível devido a alterações significativas nas premissas originais.

(f) Características do contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL - Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL irá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, quase a totalidade da garantia física da Companhia está negociada através de contrato bilateral com a Eletropaulo.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos.

Conforme a subcláusula 2ª da Cláusula 11, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos Aproveitamentos Hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Considerando que as condições estabelecidas pela ICPC 01 Contratos de Concessão não se aplicam integralmente, a Administração da Companhia concluiu que seu Contrato de Concessão está fora do escopo da ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão registrados sob a rubrica do ativo imobilizado.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.2, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizados pelo IGP-M. Esse encargo foi integralmente pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

11.2 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Intangível:				
<u>Ativo intangível - uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização	(30.131)	(27.441)	(30.131)	(27.441)
Total do ativo intangível - uso do bem público	43.043	45.733	43.043	45.733
<u>Outros intangíveis</u>				
Custo	42.722	9.391	42.722	9.391
Amortização	(6.258)	(4.363)	(6.258)	(4.363)
Total dos outros intangíveis	36.464	5.028	36.464	5.028
Total intangível	79.507	50.761	79.507	50.761

A movimentação do Intangível é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	48.423	1.288	49.711	49.740
Amortização	(2.690)	(450)	(3.140)	(3.149)
Adição	-	4.190	4.190	4.190
Baixa dos ativos alienados da AES Minas	-	-	-	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.733	5.028	50.761	50.761
Amortização	(2.690)	(1.894)	(4.584)	(4.584)
Adição	-	33.330	33.330	33.330
Saldo em 31 de dezembro de 2013	43.043	36.464	79.507	79.507

O uso do bem público (UBP) refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão da Companhia. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante:				
Energia de curto prazo e energia livre	17.601	49.406	17.601	49.406
Uso do sistema de transmissão - TUST	6.190	7.814	6.190	7.814
Uso dos sistemas de distribuição- TUSDg	1.899	3.550	1.899	3.550
Materiais e serviços	79.053	55.343	79.070	55.452
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota nº 24)	71	-	71	-
Total	104.814	116.113	104.831	116.222

13. Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro

13.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos e arredamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras/ Credores	Venci-mento	Taxa efetiva (%)	2013						
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Debêntures									
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	15.221	299.970	(609)	314.582	300.060	(160)	299.900
Debêntures - 2ª Emissão (b)	2019	CDI+0,89	5.758	-	(379)	5.379	498.000	(1.511)	496.489
Subtotal			20.979	299.970	(988)	319.961	798.060	(1.671)	796.389
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro (d)		8,40 a 13,90	-	206	-	206	120	-	120
Subtotal			-	206	-	206	120	-	120
Total da dívida			20.979	300.176	(988)	320.167	798.180	(1.671)	796.509

Instituições financeiras/ credores	Venci-mento	Taxa efetiva (%)	2012						
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Debêntures									
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	17.377	299.970	(1.012)	316.335	600.030	(769)	599.261
Subtotal			17.377	299.970	(1.012)	316.335	600.030	(769)	599.261
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro (d)		8,51 a 13,90	-	267	-	267	223	-	223
Subtotal			-	267	-	267	223	-	223
Total da dívida			17.377	300.237	(1.012)	316.602	600.253	(769)	599.484

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

13.2 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

(a) Debêntures - 1ª emissão: R\$900.000 em debêntures, ocorrida em 01 de abril de 2010, no mercado local, com prazo final em abril de 2015.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
CDI + 1,20%	Semestrais	Anual	Abril de 2013 Abril de 2014 Abril de 2015

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A., a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

(b) Debêntures - 2ª emissão: R\$498.000 em debêntures, ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	165.983 Abril de 2017 165.983 Abril de 2018 166.034 Abril de 2019

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirográfaria, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia ("Notas Comerciais"), no valor de R\$ 503.957, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais.

(c) Nota Promissória - 1ª emissão: R\$498.000 em notas promissórias, ocorrida em 26 de março de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., com prazo final em setembro de 2013.

Os recursos captados em 26 de março de 2013 com a emissão de 498 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$1.000 totalizando R\$498.000 foram utilizados para a amortização da primeira parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia, sendo o restante utilizado para a realização de investimentos.

Em 22 de maio de 2013, a Companhia realizou o resgate antecipado do saldo total (principal e juros) da 1ª emissão de notas promissórias, no valor de R\$ 503.957. As notas promissórias foram resgatadas, cada uma, no valor de R\$ 1.012, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os recursos para pagamento do resgate total foram provenientes da 2ª Emissão de debêntures.

(d) Arrendamento financeiro - Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2013, registrado pela Companhia era de R\$326 no passivo, e R\$266 no ativo. A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$266 em 31 de dezembro de 2013 (R\$411 em 31 de dezembro de 2012).

13.3 Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar
2015	300.060	85	(569)
2016	-	34	(445)
2017	165.983	1	(361)
2018	165.983	-	(227)
2019	166.034	-	(69)
	798.060	120	(1.671)

13.4 O indexador utilizado para atualização das debêntures é o CDI, que teve as seguintes variações:

	2013	2012
CDI ⁽ⁱ⁾	9,77%	6,90%

⁽ⁱ⁾ Índice do último dia útil do exercício

13.5 A movimentação das debêntures e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingressos	Provisão	Pagamentos	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Saldo final
Instituições financeiras/ credores	31.12.2012						31.12.2013
Debêntures - 1ª Emissão	915.596	-	60.756	(362.882)	-	1.012	614.482
Debêntures - 2ª Emissão	-	498.000	29.108	(23.351)	(2.099)	210	501.868
Subtotal	915.596	498.000	89.864	(386.233)	(2.099)	1.222	1.116.350
Nota promissória - 1ª Emissão	-	498.000	5.957	(503.957)	(998)	998	-
Subtotal	-	498.000	5.957	(503.957)	(998)	998	-
Arrendamento financeiro	490	49	98	(311)	-	-	326
Subtotal	490	49	98	(311)	-	-	326
Total	916.086	996.049	95.919	(890.501)	(3.097)	2.220	1.116.676

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingressos	Provisão	Pagamentos	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Saldo final
Instituições financeiras/ credores	31.12.2011						31.12.2012
Debêntures - 1ª Emissão	923.717	-	85.063	(94.408)	-	1.224	915.596
Subtotal	923.717	-	85.063	(94.408)	-	1.224	915.596
Arrendamento financeiro	456	173	135	(274)	-	-	490
Subtotal	456	173	135	(274)	-	-	490
Total	924.173	173	85.198	(94.682)	-	1.224	916.086

13.6 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros no contrato das debêntures.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

(i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 1ª emissão de debêntures, este índice deve ser inferior a 2,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2013 este índice era de 0,7 vezes;

(ii) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 2ª emissão de debêntures, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2013 este índice era de 0,4 vezes;

(iii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos da 1ª e 2ª emissões de debêntures, este índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 31 de dezembro de 2013 este índice era de 16,4 vezes.

O não cumprimento dos índices acima, por um trimestre, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2013, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida da Companhia. A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2013 foram atendidos.

14. Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Férias	5.761	5.809	5.761	5.809
Encargos sociais sobre férias e 13º Salário	2.004	2.337	2.004	2.337
Participação nos lucros	6.364	6.913	6.364	6.913
Bônus	1.523	2.369	1.523	2.369
Total Circulante	15.652	17.428	15.652	17.428
Assistência saúde pós-emprego (i)	-	485	-	485
Bônus	362	194	362	194
Total Não Circulante	362	679	362	679

(i) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reverteu o passivo atuarial referente a Lei nº 9.656/98, artigos 30 e 31 referente a assistência médica pós-emprego, oferecida a colaboradores desligados/aposentados. A Companhia adotou um novo modelo de custeio de benefício de saúde, no qual as despesas assistenciais de aposentados, demitidos e seus beneficiários serão integralmente cobertas pelas suas contribuições, como previsto na lei e regulamentação da ANS, eliminando subsídio futuro por parte da Companhia. A reversão foi realizada com base em parecer atuarial, efetuado por atuários independentes.

15. Obrigação com entidade de previdência privada

Conforme descrito na nota explicativa 3.11, a Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é partitório entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é partitório entre a Companhia e os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.1 Contratos com a Fundação Cesp

Quando da sua privatização, a Companhia assumiu a cobertura do déficit atuarial do plano de previdência privada vigente até aquele momento, referente aos benefícios de aposentados e pensionistas e a garantia aos empregados ativos de um benefício, na data de sua aposentadoria, proporcional ao serviço passado. Para financiar esse déficit atuarial, em 25 de novembro de 1997, a Companhia firmou um contrato de confissão de dívida com a Fundação CESP. O vencimento desse contrato seria em setembro de 2027. As parcelas deste contrato incluíam juros anuais de 6,0%, e eram ajustadas mensalmente pelo IGP-DI. No final de cada exercício era feita uma avaliação atuarial e eventuais déficits ou superávits do plano eram acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo um recálculo das parcelas remanescentes. Ao longo dos anos, os superávits foram reduzindo o saldo do contrato, de modo que desde 31 de dezembro de 2009, o saldo da dívida está integralmente compensado com o ganho atuarial. No entanto, caso eventuais déficits referentes ao antigo plano de previdência privada venham a ocorrer no futuro, recursos adicionais poderão ser aportados pela Companhia.

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas diferentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com estudo atuarial para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, foi constatado um superávit, entretanto, não existe ativo atuarial registrado em função da limitação do valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (*asset ceiling*). Esta limitação se deve ao fato da avaliação atuarial da Fundação CESP, para fins de atendimento às resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC indicar um déficit, e, portanto, impossibilitando que o superávit observado no estudo atuarial da Companhia possa gerar qualquer tipo de benefício econômico. A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	2013	2012
Saldo no início do exercício (reapresentado)	4.024	-
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	3.731	1.727
Pagamentos de contribuições	(1.012)	(1.036)
Ajustes de avaliação atuarial	(6.743)	3.333
Saldo no final do exercício	-	4.024

16. Pesquisa e desenvolvimento

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Circulante:		
Pesquisa e desenvolvimento	9.668	10.606
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	846	1.314
Ministério de Minas e Energia	423	330
Total - Circulante	10.937	12.250
Não circulante:		
Pesquisa e desenvolvimento	1.362	774
Total - Não circulante	1.362	774
Total - Circulante e não circulante	12.299	13.024

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	31.12.2012	Adições	Atualização monetária	Pagamentos e aplicações	31.12.2013
Pesquisa e desenvolvimento	11.380	9.349	722	(10.421)	11.030
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.314	9.349	-	(9.817)	846
Ministério das Minas e Energia	330	4.671	-	(4.578)	423
Total	13.024	23.697	722	(24.816)	12.299

	31.12.2011	Adições	Atualização monetária	Pagamentos e aplicações	31.12.2012
Pesquisa e desenvolvimento	19.737	8.434	1.141	(17.932)	11.380
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.446	8.434	-	(8.566)	1.314
Ministério das Minas e Energia	372	4.215	-	(4.257)	330
Total	21.555	21.083	1.141	(30.755)	13.024

17. Provisões para processos judiciais e outros

17.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhista (a)	8.533	5.834	3.728	1.808
Pis (b)	2.052	1.992	2.748	2.661
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	14.828	10.900	-	-
Provisão meio ambiente (d)	8.661	4.254	-	-
Cível Despacho 288 (e)	27.265	25.817	-	-
Cível	1.809	1.549	-	-
Imposto de renda (f)	4.794	4.685	-	2.428
Total	67.942	55.031	6.476	6.897
Total circulante	11.167	8.763	-	-
Total não circulante	56.775	46.268	6.476	6.897

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 6.476 (R\$ 6.897 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado			
	Cauções e depósitos vinculados			
	2013	2012	2013	2012
Processos prováveis			2.978	893
Processos possíveis				2.428
Processos remotos			3.498	3.576
Total			6.476	6.897

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	31.12.2012	Provisão	Atualização monetária/cambial	Reversão de provisão	Pagamentos	31.12.2013
	Trabalhista	5.834	2.802	503	-	(606)
Pis	1.992	-	60	-	-	2.052
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	10.900	-	3.928	-	-	14.828
Provisão meio ambiente	4.254	6.938	77	(2.603)	(5)	8.661
Cível Despacho 288	25.817	-	1.448	-	-	27.265
Cível	1.549	1	263	-	(4)	1.809
Processos regulatórios	-	1.129	26	(1.155)	-	-
Imposto de renda	4.685	-	158	(49)	-	4.794
Total - Controladora	100.706	1.923	6.594	(4.802)	(49.390)	55.031
Trabalhista - AES Minas	135	18	4	-	(157)	-
Total - Consolidado	100.841	1.941	6.598	(4.802)	(49.547)	55.031

	31.12.2011	Provisão	Atualização monetária/cambial	Reversão de provisão	Pagamentos	31.12.2012
	Trabalhista	5.069	1.796	468	(595)	(904)
Pis	52.740	-	1.824	(4.086)	(48.486)	1.992
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	8.698	-	2.202	-	-	10.900
Provisão meio ambiente	4.248	127	-	(121)	-	4.254
Cível Despacho 288	24.138	-	1.679	-	-	25.817
Cível	1.306	-	243	-	-	1.549
Imposto de renda	4.507	-	178	-	-	4.685
Total - Controladora	100.706	1.923	6.594	(4.802)	(49.390)	55.031
Trabalhista - AES Minas	135	18	4	-	(157)	-
Total - Consolidado	100.841	1.941	6.598	(4.802)	(49.547)	55.031

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas abaixo.

- (a) Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas pela Companhia pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.
- (b) PIS - A Companhia propôs medidas judiciais visando questionar alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98 referentes ao alargamento da base de cálculo. Em novembro de 2000 houve decisão definitiva favorável no STF. Atualmente aguarda-se decisão dos valores definitivos e posterior levantamento do depósito judicial. Apesar de ter classificação de perda remota, trata-se de uma obrigação legal e, por isso, há uma provisão correspondente no valor de R\$2.052, atualizada até 31 de dezembro de 2013 (R\$1.992 em 31 de dezembro de 2012).
- (c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito "ex nunc" da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valerá para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão em R\$ 14.828 (R\$10.900 em 31 de dezembro de 2012).
- (d) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas abaixo:
- (d.1) Existem 340 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O ajuizamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 281 demandas, já que as demais 59 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.703 (R\$1.661 em 31 de dezembro de 2012).
- (d.2) Em 4 ações relacionadas à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância (julgamento conjunto) determinando que a Companhia efetive o reflorestamento de 100 metros de área de preservação permanente no Município de Mendonça - UHE Promissão. Os demais pedidos da ação foram julgados improcedentes, quais sejam (i) implantação de Unidade de Conservação; (ii) reparação das perdas econômicas supostamente sofridas pelo Município; (iii) compensação ambiental - recomposição de danos ambientais/socioeconômicos. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos, a análise de risco para esta decisão foi avaliada como de perda provável para a execução do reflorestamento dentro da área de concessão (aproximadamente 30 metros) e como possível para a área fora da responsabilidade da Companhia (aproximadamente 70 metros). Em 05 de setembro de 2013 o Tribunal de Justiça de São Paulo reformou a decisão de 1ª instância, julgando a Ação Civil Pública movida pelo Município improcedente, especialmente por entender que os impactos ambientais decorrentes da implementação da Usina já estariam previstos dentro das condicionantes da Licença Ambiental. Diante dessa decisão judicial, o prognóstico da ação foi alterado para perda remota e houve a consequente reversão da provisão de R\$2.593 referente ao custo do reflorestamento no Município de Mendonça - UHE Promissão (aproximadamente 72 hectares).
- (d.3) Em 05 de outubro de 2006, para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental da PCH Mogi-Guaçu, foi firmado com a SMA o Termo de Compensação Ambiental ("TCCA") no valor de R\$600. No Termo, a Companhia se compromete a aplicar o montante para a elaboração do plano de manejo integrado das unidades de conservação (i) Estação Ecológica Mogi-Guaçu e (ii) Reserva Biológica Mogi-Guaçu, sob a coordenação do Instituto Florestal e Instituto de Botânica. O valor está depositado em duas contas-poupança da Companhia e os pagamentos são realizados conforme solicitação dos Institutos. Já foram gastos R\$283, porém, considerando o rendimento da poupança, a Companhia decidiu provisionar o montante de R\$548.
- (d.4) A Companhia decidiu provisionar R\$6.410 para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental ("Compensação Ambiental") das usinas Água Vermelha, Caconde, Limeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita, conforme convênio celebrado em 2002 ("Termo de Compromisso de Compensação Ambiental" ou "TCCA") com o IBAMA (atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio). Nesse Termo de Compromisso a Companhia se compromete a aplicar um montante no valor de R\$4.402 (data base de 2002) em quatro Unidades de Conservação. Os pagamentos foram realizados conforme solicitação das Unidades de Conservação e todas as solicitações encaminhadas foram atendidas pela Companhia. No período de 2005 até 2012, conforme solicitação destas Unidades de Conservação, a Companhia realizou pagamentos no valor de R\$1.232, restando R\$3.170 (R\$6.410 atualizado pelo IPCA, conforme previsto no TCCA)
- (e) A AES Sul questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia efetuada pela AES Sul, podendo a sua respectiva recontabilização repercutir na Companhia, que para tanto tem provisionada a quantia de R\$27.265 (R\$25.817 em 31 de dezembro de 2012). Em 29 de julho de 2012 foi publicada sentença de mérito desfavorável à AES Sul em 1ª instância, para que fosse apresentado recurso em 11 de julho de 2012. Em 12 de julho de 2012 foi concedida liminar para a AES Sul suspendendo os efeitos da sentença até o julgamento do seu recurso.
- (f) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão de o Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Atualmente aguarda-se a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF sobre os recursos apresentados pela Companhia. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$127.752 (R\$118.943 até dezembro de 2012) envolvidos na discussão, apenas R\$4.794 (R\$4.685 até dezembro de 2012) são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível.

Processos regulatórios

A Companhia recebeu Auto de Infração nº 135/2012-SFF, em 03 de janeiro de 2013, da ANEEL referente à contratação com partes relacionadas sem anuência prévia do regulador no montante de R\$1.129. A Administração da Companhia, após análises dos assessores, decidiu provisionar o valor integral do auto de infração durante o primeiro trimestre de 2013. A companhia apresentou recurso, o qual foi acolhido pela ANEEL em 08 de maio de 2013, publicado no Despacho nº 1.431/2013, anulando a penalidade. Em virtude dessa decisão, a Companhia efetuou a reversão da referida provisão durante o segundo trimestre de 2013.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$5.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da contingência	Controladora	Controladora
	2013	2012
(a) Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	122.958	114.258
(c) Auto de infração - Água	117.848	114.897
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	6.344	6.123
(e) Ação civil pública - Mexilhões dourados	Não determinado	-

Além dos processos apresentados acima, a Companhia também está envolvida em duas ações com probabilidade de perda possível (Obrigação de expansão e licenciamento ambiental da Termo São Paulo), que estão detalhadas na nota explicativa nº 1.

- (a) **Recomposição de danos ambientais**
 Refere-se a 4 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação de seus reservatórios. Em uma ação relacionada à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância determinando que a Companhia (i) mantenha o programa de estocagem de peixes e (ii) cumpra as medidas para a proteção do meio ambiente equilibrado sugeridas pelo Perito Judicial. Em 18 de abril de 2013 a ação foi julgada em 2ª instância e o Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a Ação Civil Pública improcedente, decisão que não teve curso do Município autor da ação e foi registrada como definitiva em 17 de julho de 2013. Diante da decisão favorável à Companhia, com base no parecer de seus consultores jurídicos, o risco de perda relacionado foi alterado para remoto, aguardando-se apenas a remessa do processo ao arquivo. As demais três ações em andamento, sem decisões desfavoráveis, todas com avaliação da probabilidade de risco de perda avaliada como possível, de forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (b) **Compensações de IRPJ e CSLL**
 Conforme mencionado no item (f) da nota explicativa nº 17.1, a Receita Federal intimou a Companhia sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas de IRPJ e CSLL.
 De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante de R\$127.752 (R\$118.943 em 31 de dezembro de 2012) envolvidos na discussão, R\$122.958 (R\$114.258 em dezembro de 2012) são considerados como probabilidade de perda possível.
- (c) **Auto de infração - água**
 Em novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$117.848 atualizados até 31 de dezembro de 2013 (R\$114.897 em 31 de dezembro de 2012) em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do água registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda.. Vale esclarecer que o água objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.
- (d) **Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento**
 Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. De acordo com os assessores legais, a chance de perda do caso é classificada como possível. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$6.344 (R\$6.123 em 31 de dezembro de 2012).
- (e) **Ação civil pública - Mexilhões Dourados**
 O Ministério Público Federal de Jales ajuizou ação civil pública em 25 de março de 2013 contra a Companhia, União Federal, IBAMA e Estado de São Paulo visando a adoção de medidas de controle e erradicação para combater à proliferação desordenada do mexilhão dourado no reservatório da UHE Água Vermelha através das medidas de divulgação, monitoramento, capacitação e fiscalização a serem adotadas pela Força de Tarefa Nacional de Controle do Mexilhão Dourado bem como através da execução do plano de execução de manejo sugerido pelo Ministério Público ou, caso isso seja absolutamente impossível, que seja mantido o nível atual da população de mexilhões, sob pena de responsabilização pela sua proliferação no reservatório. Liminarmente são solicitadas providências para (i) inserção da Companhia e do Estado de São Paulo na Força Tarefa Nacional de controle do mexilhão; (ii) 90 dias para apresentação do mapeamento/monitoramento da área contaminada pelo mexilhão, mediante identificação com placas informativas, bem como (iii) a apresentação de Plano de Manejo na forma apontada pelo Ministério Público Federal; (iv) 60 dias para a identificação das áreas de potencial invasão e (v) Participação no custeio da divulgação em mídia sobre as medidas profiláticas adotadas, tudo sob pena de multa diária de R\$10 para caso de descumprimento.
 Em 05 de setembro de 2013 a Companhia foi citada, e em 04 de outubro de 2013 apresentou contestação e argumentos contrários à ordem liminar solicitada pelo Ministério Público

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Lucro por ação

20.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o descrito na nota explicativa nº 18.2, a reserva especial de ágio na incorporação, poderá ser capitalizada a favor de sua controladora direta Brasileira, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de dezembro de 2013, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela Assembleia de Acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor e nenhum acionista não controlador exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 45,93%.

20.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 18.1, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	2013	2012
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	881.359	901.263
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias (i)	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais (i)	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171
Denominador ajustado		
Denominador para lucro básico por ação	381.253	381.253
Denominador para lucro básico por ação ajustado	399.632	399.632
Lucro básico por ação (R\$ por ação)		
Lucro básico por ação ordinária	2,2054	2,2552
Lucro básico por ação preferencial	2,4260	2,4808

(i) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os exercícios comparados.

Lucro atribuível aos acionistas:

Exercício	Ordinárias	Preferenciais	Total
2013	435.486	445.873	881.359
2012	445.320	455.943	901.263

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor da acionista controladora Companhia Brasileira de Energia (nota explicativa nº 18.2), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação. O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além de o valor ser considerado imaterial para fins de cálculo.

A tabela a seguir apresenta o lucro diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	881.359	901.263
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias (i)	204.227	204.227
Média ponderada do número de ações preferenciais (i)	189.664	189.664
Lucro diluído por ação (R\$ por ação)		
Lucro diluído por ação ordinária	2,1348	2,1830
Lucro diluído por ação preferencial	2,3483	2,4013

(i) Considerando as ações a serem emitidas em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 31 de dezembro de 2013.

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio:

Exercício	Ordinárias	Preferenciais	Total
2013	435.979	445.380	881.359
2012	445.825	455.438	901.263

21. Suprimentos, compra e transporte de energia elétrica

Geração própria e outras:	2013		2012	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 24)	11.107.680	2.088.138	11.138.112	1.982.718
Contratos bilaterais	1.932.003	218.767	591.497	83.059
MRE e Spot	2.757.082	170.786	4.972.839	158.697
Outras receitas	–	373	–	76
Recetta operacional bruta - Controladora	15.796.765	2.478.064	16.702.448	2.224.550
Pesquisa e desenvolvimento	–	(23.369)	–	(21.083)
PIS e Cofins	–	(115.435)	–	(94.664)
ICMS	–	(2.317)	–	(478)
ISS	–	(10)	–	–
Recetta operacional líquida - Controladora	15.796.765	2.336.933	16.702.448	2.108.325
AES Minas PCH Ltda.:				
Contrato bilateral	–	–	23.642	4.191
PIS e Cofins	–	–	–	(156)
MRE e Spot	–	–	1.810	75
Recetta operacional líquida - Consolidado	15.796.765	2.336.933	16.727.900	2.112.435
Energia elétrica comprada e encargos:				
Contratos bilaterais	2.080.149	239.696	729.934	103.444
MRE e Spot	1.817.113	255.213	2.211.371	108.249
Encargos de transmissão	–	89.260	–	104.291
Encargos de conexão	–	1.803	–	2.972
PIS e Cofins	–	(51.445)	–	(15.474)
Total - Controladora	3.897.262	534.527	2.941.305	303.482
AES Minas PCH Ltda.:				
MRE e Spot	–	–	3.980	372
Encargos de transmissão	–	–	–	40
Total - Consolidado	3.897.262	534.527	2.945.285	303.894

Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei.

A liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final da ação ordinária, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Com base nessa liminar e no parecer jurídico conquistado pela APINE, a Companhia não provisiona o custo do ESS por motivo de segurança energética, relativo à fase de transição (de abril a agosto de 2013).

Em 1º de setembro de 2013 foi incorporado o mecanismo de aversão a risco nos modelos computacionais de formação de preço, reduzindo, a partir desta data, o custo de ESS.

22. Outras receitas e custos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Doações	(14.071)	(13.007)	(14.071)	(13.007)
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	(2.690)	(2.690)	(2.690)	(2.690)
Seguros	(8.544)	(8.807)	(8.544)	(8.822)
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	806	(5.305)	806	(5.305)
Ganho na alienação de investimento - Minas PCH (i)	–	10.045	–	10.045
Indenização de sinistro - Usina de Nova Avanhandava	–	5.228	–	5.228
Outros Custos	(1.592)	(6.716)	(1.623)	(6.576)
Total	(26.091)	(21.252)	(26.122)	(21.127)

(i) A Companhia foi controladora direta da AES Minas PCH Ltda. (AES Minas) até a data de 31 de agosto de 2012, quando vendeu 100% das quotas para a CEI - Energética Integrada Ltda.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	34.601	31.727	34.670	31.969
Recebimento banco santos - nota nº 8	784	–	784	–
Outras	715	2.104	716	2.106
Total	36.100	33.831	36.170	34.075
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(97.524)	(86.422)	(97.524)	(86.422)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso (i)	17.709	12.262	17.709	12.262
Outras	(1.672)	(1.623)	(1.582)	(1.725)
Total	(81.487)	(75.783)	(81.397)	(75.885)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Encargos de uso demais instal. de transmissão - TUSDG	–	(17)	–	(17)
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipu - nota nº 17.1	(3.928)	(2.202)	(3.928)	(2.202)
Pesquisa e desenvolvimento	(722)	(1.141)	(722)	(1.141)
Cauções e depósitos vinculados	301	2.267	301	2.267
Outras	(1.849)	613	(1.849)	601
Total	(6.198)	(480)	(6.198)	(492)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20.

24. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é controlada indiretamente pela The AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais, além do controle da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Uruguaiana S.A."), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (AES Serviços Tc Ltda.). A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora direta da Eletropaulo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o principal cliente da Companhia é a Eletropaulo, que representa aproximadamente 84% (89% em 31 de dezembro de 2012) do seu faturamento bruto.

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Ativo		
Contas a receber:		
AES Eletropaulo - Contrato bilateral	228.354	204.847
Passivo		
Fornecedores:		
AES Big Sky (ii)	95	–
Contas a pagar:		
AES Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iii)	71	–
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Companhia Brasileira de Energia	9.811	11.453
Provisões para processos judiciais e outros:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	27.265	25.817
	37.242	37.270
	2013	2012

Resultado
Recetta operacional líquida:
AES Eletropaulo - Contrato bilateral (nota nº 21)
AES Uruguaiana - Prestação de serviços (i)
Serviços de terceiros:
AES Big Sky (ii)
Outras receitas e custos:
AES Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iii)
Variasões monetárias:
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)

Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e estabelece a atualização do preço de venda da energia anualmente pela variação do IGP-M.

O preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$187,99/MWh (31 de dezembro de 2012 - R\$178,01/MWh).

(i) Refere-se ao contrato de prestação de serviços referente à cessão de mão de obra pela Companhia para a AES Uruguaiana.

(ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa AES Big Sky.

(iii) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (Sublocadora) e a Companhia (Sublocatária). Este contrato inclui o valor de aluguel mensal, reembolso de seguro, IPTU e condomínio proporcionais à área sublocada, pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012.

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado	
	2013	2012
Benefícios de curto prazo (a)	4.440	5.707
Benefícios pós-emprego (b)	215	235
Outros benefícios de longo prazo (c)	210	267
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	80	17
Pagamento baseado em ações (d)	239	267
Total	5.184	6.493

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de abril de 2013.

Os valores referentes ao pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation, não havendo ônus para a Companhia.

a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
d) Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

25.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
c) Consumidores e revendedores (nota explicativa nº 5);
d) Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 24);
e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 17);
f) Fornecedores (nota explicativa nº 12);
g) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; e
h) Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 13).

25.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	2013		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	108.420	108.420	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	348.307	348.307	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	50.731	50.731	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	228.354	228.354	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	6.476	6.476	Empréstimos e recebíveis
Total	742.288	742.288	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	104.831	104.831	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.116.350	1.116.615	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	326	326	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.438	21.438	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.242.945	1.245.210	

	2012		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	89.302	89.302	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	307.621	307.621	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	27.615	27.615	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	204.847	204.847	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	6.897	6.897	Empréstimos e recebíveis
Total	636.282	636.282	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	116.222	116.222	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	915.596	917.866	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	490	490	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.655	24.655	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.056.963	1.059.233	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica "debêntures", o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 31.12.2013	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,24%	7,85%	10,47%	13,09%	15,71%
Equivalentes de caixa	CDI	108.032	5.655	8.483	11.311	45.585	54.702
Investimentos de curto prazo	CDI	348.307	18.234	27.351	36.468	45.585	54.702
Subtotal		456.339	23.889	35.834	47.779	91.170	109.404

Dívidas - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 31.12.2013	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,24%	7,85%	10,47%	13,09%	15,71%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI+1,20% a.a.	(615.251)	(40.009)	(56.260)	(72.573)	(88.886)	(105.199)
Debêntures - 2ª Emissão	CDI + 0,79% a.a.	(503.758)	(30.585)	(43.937)	(57.140)	(70.443)	(83.745)
Subtotal		(1.119.009)	(70.594)	(100.097)	(129.713)	(159.329)	(188.944)
Total da exposição líquida		(662.670)	(46.705)	(64.263)	(81.934)	(68.159)	(79.540)

(b.4.2) Risco de preço

O preço da energia elétrica vendida da Companhia para a Eletropaulo está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - R\$187,99/MWh e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 - R\$178,01/MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e tem anuência da ANEEL. A partir de 2006 quase toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e, a partir dessa data, essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE). Em 2011, a Companhia definiu a estratégia de comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, quando vence o contrato bilateral com a Eletropaulo. O objetivo é aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a Companhia como um importante agente no mercado livre, com uma participação representativa até 2016. A intenção da Companhia é seguir essa estratégia, de tal forma que o contrato com a Eletropaulo seja totalmente substituído por uma diversificada carteira de clientes a partir de 2016.

(b.5) Outros riscos

(b.5.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico bem como aqueles realizados e devidamente autorizados pelo Poder Concedente, após a assinatura do contrato de concessão que não estarão totalmente depreciados ao final da concessão serão reembolsados pelo Poder Concedente.

(b.5.2) Risco hidrológico

Risco associado à variação da disponibilidade hídrica destinada à geração de energia nas usinas hidrelétricas. Para mitigar os efeitos dessa variação, foi criado o Mecanismo da Realocação de Energia - MRE, o qual tem o objetivo de compartilhar os riscos hidrológicos entre as usinas, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional - SIN. De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia gerada no país é alocado para cada geradora do SIN, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física. Esta alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção de energia. Caso as condições hidrológicas sejam desfavoráveis e a soma da energia gerada pelas usinas for menor que a garantia física do SIN, como ocorreu durante o ano de 2012, é realizada uma nova alocação mensal da garantia física de todos os participantes do MRE. Assim, de forma a atender seus contratos comerciais, torna-se necessário comprar energia no mercado spot, que, em momentos de hidrologia desfavorável, pode onerar a Companhia caso o preço de mercado for superior ao preço da energia no MRE.

(b.5.3) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não estava em descumprimento dos termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 13.6).

26. Informações por segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia e sua controlada são administradas como uma única operação, composta por nove usinas hidrelétricas ("UHE") e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCH"). Suas receitas operacionais decorrem substancialmente da venda de energia elétrica produzida. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia e de sua controlada.

27. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada	
	de	até		
Riscos operacionais	01/04/2013	01/04/2014		2.000.000
Vida em grupo	01/01/2014	01/01/2015		25 X salário, com o máximo de R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	01/06/2013	01/06/2014		30.000
Frota veiculos - RCF	31/08/2013	01/04/2014		RCFV Garantia Única R\$ 1.000

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 01 de abril de 2014 e tem limite máximo de indenização de R\$50.000. O seguro foi contratado em nome da Brasileira, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasileira é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice.

28. Investimentos em meio ambiente

Do total de gastos com meio ambiente em 2013, R\$12.071 foram registrados no resultado do exercício e R\$630 foram destinados a investimentos registrados como ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

Investimentos em Meio Ambiente	2013	2012
Licenciamento e programas ambientais	8.934	4.684
Custos diretos	326	690
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	1.455	1.397
Projetos de P&D	1.986	1.664
Total	12.701	8.435

A Companhia segue num constante engajamento e responsabilidade com as questões ambientais e busca excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações.

Em 2013, a Companhia manteve a certificação ISO 14001:2004 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Saúde e Segurança do Trabalho) no Sistema de Gestão Integrado, garantindo assim a padronização dos processos relacionados à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente em todas as suas usinas.

O engajamento da Companhia na questão das mudanças climáticas tem sido crescente e em 2013, a Companhia publicou seu Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa no registro público de emissões, iniciativa da Fundação Getúlio Vargas - Empresas pelo Clima (EPC). Respondeu o relatório CDP Investors (Carbon Disclosure Project) e o Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBOVESPA, reportando informações relativas às mudanças climáticas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arminio Francisco Borjas Herrera
 Presidente do Conselho

Britaldo Pedrosa Soares
 Vice-Presidente do Conselho

Francisco Jose Morandi Lopez
 Vicente Javier Giorgio

Annamarie Reynolds
 Berned Raymond Da Santos Ávila

Vincent Winslow Mathis
 Sergio Silva do Amaral

Marcelo de Carvalho Lopes
 Carlos Augusto Galvani Marchese

DIRETORIA

Britaldo Pedrosa Soares
 Diretor Presidente

Gustavo Duarte Pimenta
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Vitor Cuminato Filho
 Diretor de Controladoria Corporativa

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
 Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
 Diretor de Assuntos Legais

Newton Akira Fukumitsu
 Contador
 CRC 1SP-1907768/O-4

Sheilly Caden Contente
 Diretora de Assuntos Regulatórios

Francisco Jose Morandi Lopez
 Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Teresa Cristina Querino Vernaglia
 Diretora de Performance e Serviços

Paulo Camillo Vargas Penna
 Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o parecer da KPMG Auditores Independentes, opina que as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório anual da administração e a proposta da administração da Companhia para a destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral ordinária e extraordinária prevista para ocorrer em 04 de abril de 2014. O Conselho Fiscal indagou a Administração sobre os efeitos da Medida Provisória 627/2013, sendo informado pela mesma que sua decisão de distribuição de dividendos está suportada por pareceres legais independentes e que tais efeitos são imateriais. Com base nos exames efetuados, esclarecimentos prestados pela Administração e discussão com os representantes da KPMG Auditores Independentes, o Conselho Fiscal recomendou que a Administração limitasse a distribuição ao valor considerado isento pela Receita Federal do Brasil, nos termos da Medida Provisória 627/2013.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014

Kurt Janos Toth

Ana Paula de Sousa Soares

Marcelo Gasparino da Silva

Roberto Lamb

Cláudio José de Oliveira Magalhães

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

AES Tietê S.A.

Barueri - SP

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais
 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da AES Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da AES Tietê S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 12 de fevereiro de 2014

José Luiz Ribeiro de Carvalho
 Contador CRC 1SP141128/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Barueri, 12 de fevereiro de 2014

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
 Diretor Presidente

Gustavo Duarte Pimenta
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
 Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
 Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente
 Diretora de Assuntos Regulatórios

Teresa Cristina Querino Vernaglia
 Diretora de Performance e Serviços

Francisco Jose Morandi Lopez
 Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Paulo Camillo Vargas Penna
 Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ullhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.